



DECRETO N° 2.319, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Produz nova Regulamentação a Lei Municipal nº 887, de 18 de fevereiro de 2016 e determina outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 887, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal em alienar, mediante direito de preferência ou venda através de certame licitatório, imóveis de Propriedade do Município.

CONSIDERANDO a persistência na crise econômica do país, que desequilibra as projeções contidas nos orçamentos públicos federal, estadual e, por extensão, do Município, inviabilizando a normalidade no custeio das despesas de manutenção, custeio e investimentos da Administração;

CONSIDERANDO a capacidade econômica das empresas instaladas no Município e a necessidade de definir a forma e condições de pagamento das alienações dos imóveis autorizados pela Lei Municipal nº 887, de 18 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento do valor apurado em Laudos de Avaliações, para alienação das áreas de terras situadas no Distrito Industrial e Empresarial Parque Maíra e do Distrito Industrial e Empresarial Domingos Mariano, conforme estabelece o art. 1º da Lei Municipal nº 887/16.

Art. 2º. O pedido de parcelamento deverá constar da proposta de compra e será deferido em, no máximo, 90 (noventa) parcelas, sendo a primeira parcela em valor correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da avaliação da área a ser alienada, com vencimento em até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda, a título de sinal e princípio de pagamento, e, o saldo remanescente, em 89 (oitenta e nove) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com vencimento a cada 30 (trinta) dias, a contar do primeiro pagamento.

Art. 3º. Os valores parcelados em período superior a 12 (doze) meses serão reajustados, nos termos do art. 2º da Lei Federal 10.192/2001, pelo índice IPCA/IBGE, devendo compor o valor das parcelas vincendas.

Art. 4º. Em caso de pagamento antecipado das parcelas, o reajuste será devido até a data do pagamento.



Art. 5º. Na falta de pagamento na data do vencimento, de qualquer parcela devida, a mesma será acrescida de multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além do reajuste previsto no artigo 2º deste Decreto, podendo o Município, em tal hipótese, optar por desfazer o negócio.

Art. 6º. Na hipótese de pagamento parcelado, a alienação da área será formalizada mediante a lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra, com Pacto Adjetivo de Hipoteca, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento do sinal, sem prejuízo do pagamento das parcelas mensais.

Art. 7º. As empresas cessionárias ou concessionárias de uso das áreas a serem alienadas, com direito de preferência na aquisição, terão direito ao abatimento dos valores pagos a título de contrapartida por ocasião da formalização do termo de cessão ou concessão de direito real de uso, sem qualquer atualização.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.275/2016.

Prefeitura do Município de Pinheiral, 16 de novembro de 2016; 21º ano de emancipação político-administrativa do Município.

JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA
PREFEITO